

movimento 6-11-76

# O FUTURO DE BRASÍLIA

“A estabilidade social é que vai orientar a tranquilidade e segurança do governo”

Tércio Santos

penas dezesseis anos depois de inaugurada, Brasília (1) encontra-se com tantos problemas quanto uma metrópole comum, com a desvantagem de não possuir representação no Congresso Nacional. Os inúmeros seminários, simpósios e encontros de técnicos que são realizados periodicamente para discutir os problemas da cidade demonstram que se Brasília continuar com funções exclusivamente administrativas, terá que se sujeitar a um crescente desemprego da população não absorvida pela construção civil em declínio, além de não conseguir solucionar os outros graves problemas já existentes. A industrialização, entretanto, embora vista como a solução mais consequente não deverá ser incentivada em grande escala.

“É lógico que Brasília e a região do Distrito Federal devem ter indústrias leves para atendimento da população local. Mas não deve haver a idéia de que Brasília vá ter centros, distritos industriais”, advertiu o ministro do Planejamento, Reis Velloso, na abertura do último e mais importante encontro de técnicos em planejamento urbano realizado em Brasília, o I Seminário de Planejamento Governamental (I Seplag), patrocinado pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O Seminário, que durou de 22 a 26 de novembro, reuniu técnicos brasileiros e estrangeiros para debaterem as estratégias de planejamento e definição do futuro papel de Brasília e regiões vizinhas, no seu contexto político, econômico e social.

Projetada para ser centro político-administrativo, desconcentrado o poder de decisão, Brasília desde o início atraiu mais gente do que podia suportar. Em 1960, antes mesmo da inauguração, o Distrito Federal já possuía 155 916 habitantes, segundo a companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). Atualmente, de

acordo com a mesma fonte, a população total está em torno de 950 mil habitantes, a maioria espalhada pelas cidades-satélites, onde se concentram as populações pobres. Grande número de barracos de madeira, construções inacabadas, falta de arborização e de serviços de saneamento básico, exprimem as precárias condições de higiene e conforto nas cidades-satélites, cujos moradores constituem a maior parte da mão-de-obra empregada no Plano Piloto.

Com 250.189 habitantes, o Plano Piloto tem uma renda per capita anual de Cr\$ 15.001,50, enquanto que na Ceilândia, cidade-satélite com 123.866 habitantes, a renda per capita anual é de apenas Cr\$ 1.828, 65. Estudos recentes demonstraram que mais de 80% da população do Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto, enquadra-se na categoria de baixa renda (2), considerando-se baixa renda o salário insuficiente para satisfazer as necessidades normais de uma família (alimentação, vestuário, transporte, educação, higiene e recreação).

Esse fato é agravado pela contínua chegada de migrantes, que ainda vêm na capital federal uma saída para os problemas de suas regiões (3). As consequências diretas do afluxo de migrantes são a pressão que eles exercem sobre a cidade, em busca de moradia, e o desemprego.

## Participação popular

Diante do impasse, as comissões de técnicos do I Seplag foram unânimes em defender a participação popular no processo de planejamento que se pretende efetuar no Distrito Federal. “Queremos que o governo tenha que ouvir o povo, já que não temos Câmara de Vereadores nem representantes nem nada. Estamos sentindo a falta de um meio de ir ao governo. Ninguém jamais foi consultado sobre projetos do governo”. Os instrumentos de articulação entre a população e o governo

poderiam ser conselhos consultivos eleitos entre a população, criação de Associações de Bairro, que integrariam os núcleos habitacionais, ou mesmo representação no Congresso, que tem sido motivo de vários projetos de lei (ver Movimento nº 72).

Existe no Senado uma Comissão do Distrito Federal, encarregada de examinar projetos e orçamentos do Governo do Distrito Federal. Para o governador do DF, Elmo Serejo, esta Comissão “representa muito bem a população de Brasília, apesar de seus membros serem de outros Estados, eles discutem os problemas”. Contudo, o atual presidente da Comissão, Senador Heitor Dias (Arena-BA), reconhece que a representação popular é um assunto para ser reexaminado. “Mas eu não aprovaria uma Câmara de Vereadores, porque uma cidade que se diz cérebro das grandes decisões nacionais e em crescimento, tem que ter visão mais larga, não pode ficar tratando os problemas a nível individual, como costuma ser o trabalho de vereador. Os conselhos, se criados por decreto, poderiam ser dispensados também por decreto. Mas, se forem eleitos pelo povo, por que não eleger então representantes no Congresso?”

## Um caso extremo

O argumento mais frequente para não se permitir eleição no Distrito Federal é a necessidade de se manter o clima de tranquilidade para que os trabalhos político-administrativos sejam executados em paz, sem as convulsões típicas de eleições. Donald C. Rowat, que já fez estudos sobre distritos federais de diversos países, discorda dessa argumentação: “A ausência de autogoverno não é, de modo algum, uma necessidade característica dos distritos federais. Caracas, capital da Venezuela, tem um conselho de governo totalmente eleito, que escolhe o prefeito, o mesmo acontecendo em Canberra, capital da Austrália”. Segundo Rowat, Brasília é o caso “mais extremo” em termos de não representação, porque além de não ter governo eleito localmente não elege nenhum representante para o Congresso Nacional.

(1) Formada pelo Plano Piloto, onde estão os órgãos do governo e as superquadras, nove cidades-satélites: Taguatinga, Sobradinho, Ceilândia, Planaltina, Brasília, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante e Cruzeiro.

(2) “Caracterização da população de baixa renda no Distrito Federal”, Milton Barbosa e Cristina Braga da Silva, Boletim Econômico do IPEA, março/abril de 1976.

(3) “Movimento Migratório para o Centro-Oeste do Brasil”, Elbio N. Gonzalez e Maria Inês Pastos, Brasília, Sudeco, 1975.